

O valor do voto



Emiliano Lobo de Godoi

Professor da Escola de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Goiás (UFG)

Conta-se que Diógenes, filósofo da Grécia Antiga que defendia a simplicidade e a liberdade interior, caminhava pelas ruas de Atenas com uma lanterna acesa em plena luz do dia, afirmando procurar “um homem honesto”. Em uma atual realidade marcada por recorrentes escândalos de corrupção e desvios de recursos públicos, e próximos de mais uma eleição, essa busca torna-se ainda mais necessária antes da escolha de nossos representantes.

É preciso compreender a dimensão e a responsabilidade envolvidas na escolha daqueles que ocuparão cargos públicos. Mais do que um gesto formal de votar, essa decisão constitui um dos pilares da democracia. Ao exercê-la, cada cidadão confere a outra pessoa a legitimidade para falar em seu nome, defender seus interesses e participar de decisões que influenciarão diretamente os rumos da sociedade.

Quando elegemos representantes para o Poder Executivo ou para o Poder Legislativo, estamos delegando poderes. Estamos autorizando alguém a administrar recursos públicos, elaborar leis, fiscalizar governos, definir prioridades e tomar decisões que produzirão efeitos por muitos anos. Em outras palavras, trata-se da transferência temporária da capacidade de representar nossos interesses e atuar em nome da coletividade.

A democracia exige participação, mas também discernimento. O eleitor deve conhecer as propostas apresentadas, analisar a trajetória dos candidatos, observar sua atuação pública e avaliar sua capacidade de cumprir as responsabilidades do cargo pretendido. Mais do que discursos bem elaborados ou promessas atraentes, importa verificar a coerência entre palavras e ações.

O voto não constitui apenas um direito; representa também uma responsabilidade. Cada escolha realizada nas urnas corresponde a uma pequena parcela de poder que, somada a milhões de outras, define os rumos de um município, de um estado ou de um país. Mais do que selecionar candidatos, trata-se de decidir quem terá a legitimidade de representar nossas vozes, nossos interesses e



nossas expectativas.

Talvez a grande lição de Diógenes permaneça atual mais de dois mil anos depois. Ao percorrer as ruas com sua lanterna acesa em plena luz do dia, ele não procurava apenas um homem honesto. Procurava integridade, coerência e virtude em uma sociedade marcada por interesses e aparências. Sua busca simboliza um desafio que continua presente em nossos tempos.

Diante de cada eleição, cabe ao cidadão empunhar sua própria lanterna, iluminando a trajetória, as propostas e os valores daqueles que pretendem exercer funções públicas. Afinal, a verdadeira cidadania não se revela apenas no momento do voto, mas na consciência que o antecede e no acompanhamento das ações de nossos representantes. Afinal, a democracia não se fortalece apenas pelo direito de escolher, mas pela sabedoria com que fazemos nossas escolhas.